

### 3

## O Desenvolvimento da Escola Inglesa

### 3.1

#### A Sociedade Internacional Mundial: Ordem e Justiça

Anteriormente, comentamos que, para Bull, a sociedade internacional no século XX deixou de ser européia e passou a ser mundial. Isso significa que a sociedade internacional deve se adaptar para receber novos membros e, assim, procurar achar um *modus vivendi* em um mundo multicultural. É para a análise dessa questão que nos voltaremos na presente seção.

Para a Escola Inglesa, o terceiro mundo coloca desafios entre “o outro” e a sociedade internacional,<sup>1</sup> assim como a convivência com a noção de ordem. De acordo com Martin Wight, desde 1945, a relação entre ordem e justiça sofreu uma nova transformação, devido ao processo de descolonização: a ordem agora requer justiça.<sup>2</sup> Isso se deve, basicamente, à mudança dos princípios de legitimidade que sustentavam a ordem antes da Segunda Guerra Mundial. Em relação a essa questão, tanto Linklater quanto Epp vêem a Escola Inglesa adotando uma importante mudança de ênfase teórica, ao distanciar-se de “forças sistêmicas” e aproximar-se de

---

<sup>1</sup> Esta sempre foi uma questão central para a Escola Inglesa. Ver especialmente o capítulo 4, “Theory of Mankind: ‘Barbarians’”, do livro de WIGHT, *International Theory*; e o livro *The Expansion of International Society*. Uma excelente discussão sobre este tema feita por teóricos da terceira geração da Escola Inglesa se encontra em Iver B. NEUMANN; Jennifer M. WELSH, *The Other in European self-definition: an addendum to the literature on international society*. Ver também DUNNE, *Colonial encounters in international relations*. Neste trabalho, Dunne argumenta que “Civilisations, cultures, values, rules, encounters, meaning, and so on, have remained central to those working within the international society tradition (or ‘English School’) from the early 1950s onwards”. Nesse sentido, tenta traçar um paralelo entre o trabalho de autores pós-coloniais, como Tzvetan Todorov e Edward Said e as três tradições de Wight. “Arguably, there is more to the question of cultural encounters in this one lecture [“theory of mankind” no livro *International Theory*] than in the rest of mainstream International Relations thinking during the Cold War”. Roger Epp observa que com relação a teoria pós-colonial e RI “there is nothing resembling it in the discipline. One recent survey cites it [o livro *The Expansion of International Society*] as a rare instance when an international relations text has intersected the concerns of post-colonialist literature”. A pesquisa em questão é de Philip DARBY; A. J. PAOLINI, *Bridging International Relations and Postcolonialism*, p. 380, citado em EPP, *The English School on the Frontiers*, pp. 57-58. Epp (p.56) também comenta: “long before it could be intellectually fashionable, Wight’s lectures put the problem of relations with the other, the outsider, the barbarian, at the moral-ontological center of the study of international relations”. Linklater sugere que a centralidade do terceiro mundo para Escola Inglesa a aproxima da Teoria Crítica nesta questão. LINKLATER, *Beyond Realism and Marxism*, p.15.

<sup>2</sup> WIGHT, *Western Values*, p. 108.

“princípios sistêmicos de legitimidade internacional”. Enfatizam que essa ênfase tem gerado um considerável interesse na política de descolonização e no diálogo Norte-Sul. Segundo Epp, se Grotius delineou o globo em dois círculos concêntricos — um interno, limitado à unidade histórico-cultural descendente da cristandade ocidental, e outro externo, que inclui toda a humanidade — “the English School’s preoccupations have been most vigorously and consequentially at issue in the latter circle, or perhaps in relations between the two”.<sup>3</sup>

Na visão de Hedley Bull, a sociedade internacional mundial não possui nenhuma cultura genuinamente global, mas apenas a cultura da chamada “modernidade”, que seria a cultura das potências ocidentais dominantes.<sup>4</sup> Em seus últimos trabalhos, Bull volta-se cada vez mais para a contestação da cultura dominante, num movimento que chamou de “a revolução contra o ocidente”. Esta revolução baseava-se em cinco temas: a luta pela igualdade de soberania, as revoluções anti-coloniais, as demandas pela igualdade racial, a luta pela justiça econômica e a luta contra o imperialismo cultural.<sup>5</sup> Juntas, essas demandas impuseram um desafio à velha ordem jurídica — onde as regras e o Direito Internacional eram dominados pelos europeus — e colaboraram para o desmantelamento da velha ordem colonial.

Para Bull, as demandas do terceiro mundo por mudanças e pela sua libertação econômica, política e cultural representava uma importante mudança. Ele via as reivindicações do terceiro mundo como algo positivo, que mostrava, acima de tudo, que desde 1945, houve uma difusão do poder. Outro fator importante foi o fato dos países desse bloco aceitarem as regras da sociedade internacional, valorizando as regras da diplomacia, bem como as organizações internacionais, vistas como instrumento para a defesa e tornar conhecidas suas causas.

Bull nota, contudo, que muitas dessas reivindicações encontram resistências entre as potências ocidentais. Pois, geralmente, há uma tendência nos países do terceiro mundo de definir seus direitos de forma absoluta, como o princípio da

---

<sup>3</sup> EPP, *The English School on the Frontiers*, p. 56; LINKLATER, *Beyond Realism and Marxism*, pp.17-18.

<sup>4</sup> BULL, *The Anarchical Society*, p. 37.

<sup>5</sup> Hedley BULL, *The Revolt Against the West*.

soberania, por exemplo.<sup>6</sup> Essa questão pode não se adequar, e por isso encontrar resistência, com a tendência, nos países ocidentais, de ver a soberania não mais de forma absoluta, mas de forma qualificada. Nota também que muitos países do terceiro mundo demandam direitos iguais, principalmente entre negros e brancos, mas muitas vezes não respeitam as minorias étnicas em seus próprios países. No entanto, talvez, o maior entrave na sociedade internacional seja com relação à distribuição de poder, que envolve também a questão nuclear.<sup>7</sup>

Segundo Bull, uma das maneiras de se verificar o grau de solidarismo na prática dos Estados era através do consenso em certas questões. Para ele, o repúdio ao *apartheid* foi uma das poucas questões a gerar um consenso na sociedade internacional em aspectos normativos:

There is not a world consensus against communist oppression, or oppression by military governments, or of one Asian or African ethnic group by another, comparable to that which exists against this surviving symbol of white supremacism that all other societies in the world, to different degrees, and in different ways, have repudiated over the last three decades. (...) we should also recognize that it is not now possible to unite the international community on any other basis than that of a clear repudiation of white supremacism.<sup>8</sup>

A mudança de ênfase de Bull em direção do solidarismo fica clara quando ele discute como as potências devem responder a essas demandas e qual foi o impacto na sociedade internacional da “revolução contra o ocidente”. Bull destaca alguns pontos que podemos examinar como demonstrativo dessa mudança. Em primeiro lugar, sobre o conceito de soberania, argumenta:

whatever rights are due to states or nations or other actors in international relations, they are subject to and limited by the rights of the international community. The rights

---

<sup>6</sup> “there is no consensus in the world behind the program of Western solidarists or global centralists for ‘transcending the states-system’. (...) Among the Third World countries the idea that we must all bend our efforts to get ‘beyond the state’ is so alien to recent experience as to be almost unintelligible. (...) It is by gaining control of states that they have been able to take charge of their own destiny. It is by the use of state power, by claiming the rights due to them as states, that they have been able to resist foreign military interference, to protect their economic interests by excluding or controlling multinational corporations, expropriating foreign assets, planning the development of their economies, and bargaining to improve the terms of trade”. Hedley BULL, *The State’s Positive Role in World Affairs*, p.121.

<sup>7</sup> Hedley BULL, *Justice in International Relations: The 1983 Hagey Lectures* (1984), pp. 212-218.

<sup>8</sup> Hedley BULL, *The West and South Africa*, p.266.

of sovereign states, and of sovereign peoples or nations, derive from the rules of the international community or society and are limited by them. (...) It should be clear that whatever case might have been made out at earlier periods in history for such a doctrine of the natural or inherent rights of sovereign states or of independent political communities it cannot be acceptable now.<sup>9</sup>

Em segundo, destaca a importância de reconhecermos os direitos dos indivíduos, e não só os dos Estados, na sociedade internacional. De acordo com o autor, até recentemente os direitos e deveres, bem como as questões sobre justiça na sociedade internacional, eram vistos apenas com relação aos Estados. Por isso, continua Bull, representa uma profunda mudança em nossa visão o fato de que na segunda metade do século XX as questões sobre justiça dizerem respeito não somente aos Estados, mas também a todos os indivíduos: “in a imagined community of mankind”. Isso tem se refletido no crescente reconhecimento pelo Direito Internacional dos direitos humanos e tem causado o crescimento do que Bull chamou de uma “consciência moral cosmopolita” (cosmopolitan moral awareness), que significa “an extension of our capacity to empathize with sections of humanity that are geographically or culturally distant from us”.<sup>10</sup> Sobretudo, apesar de os governos não estarem respondendo adequadamente às suas várias responsabilidades com relação a justiça na escala global, “the mere existence of this moral concern with welfare on a world scale represents a major change in our sensibilities”.<sup>11</sup> Mas Bull chama a atenção para o fato de a sociedade cosmopolita, que está implícita nos discursos sobre direitos humanos, existir apenas como um ideal; seria errôneo procedermos como se tal sociedade cosmopolita fosse uma estrutura política e social que já estivesse em ação.<sup>12</sup> Ela deve ser vista como algo incipiente.

Dessa forma, os Estados precisam buscar o maior consenso possível, para então:

to act as local agents of a world common good. (...) The world common good to which I refer is the common interest not of states, but of the human species in maintaining itself. (...) But states are notoriously self-serving in their policies, and rightly suspected when they purport to act on behalf of the international community as a whole.<sup>13</sup>

<sup>9</sup> BULL, Justice in International Relations, pp.219 e 220.

<sup>10</sup> Ibid., p.220.

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> Ibid.

<sup>13</sup> Ibid., pp.222 e 223.

A análise de Bull sobre a ordem, nesse caso da “revolta contra o ocidente”, levava em conta, principalmente, se as potências ocidentais saberiam lidar com as demandas de mudanças de maneira a acatá-las e construir, dessa forma, as bases de uma sociedade internacional mais justa e igualitária. Bull, entretanto, nunca perdeu de vista a dimensão da transformação cultural que esse movimento poderia causar na sociedade internacional. Conforme já mencionamos em seções anteriores, para Bull, ao contrário de Wight e Butterfield, a sociedade internacional tinha um caráter mais “funcional” do que “cultural”. Ou seja, a sociedade internacional não necessariamente depende de uma cultura comum que esteja na base do entendimento entre seus membros. As regras do jogo da sociedade internacional, para utilizar uma metáfora de Manning, dão conta de sustentar os interesses comuns entre seus membros para manter a ordem.

Mas, para Bull, era fundamental que a sociedade internacional, após todas as mudanças no pós-Segunda Guerra Mundial, pudesse mostrar aos países pós-coloniais e ao terceiro mundo de uma forma geral que seus países também tinham interesse em manter a ordem. E a sociedade internacional deveria demonstrar isso incorporando as demandas por justiça, através do consenso e diálogo. Apesar das resistências e restrições com que os países do terceiro mundo se depararam, Bull argumenta que a revolta contra a dominação ocidental foi bem sucedida. Além disso, o mais importante é que “these changes do represent at least in their broad direction a forward movement in human affairs and a step toward a greater justice in international relations”.<sup>14</sup>

Muitos autores vêem nos últimos trabalhos de Bull uma mudança de ênfase, com o autor afastando-se cada vez mais da concepção pluralista da sociedade internacional e aproximando-se da concepção solidarista. Os autores destacam também o potencial crítico aberto por esses trabalhos de Bull e da Escola Inglesa de forma geral.<sup>15</sup> Andrew Linklater, por exemplo, tem sido um dos pioneiros em

---

<sup>14</sup> Ibid., p.244.

<sup>15</sup> Ver as discussões em Kai ALDERSON; Andrew HURRELL, Bull’s Conception of International Society; R. J. VINCENT, Human Rights and International Relations; Nicholas WHEELER, Pluralist or Solidarist Conceptions of International Society: Bull and Vincent on Humanitarian Intervention; Nicholas WHEELER; Timothy DUNNE, Hedley Bull’s pluralism of intellect and solidarism of the

explorar o potencial teórico da Escola Inglesa e suas possíveis ligações com a teoria crítica:

It is unclear whether Bull's later writings ought to be regarded as a retreat from the philosophical skepticism present in his earlier work. What is clear is that the commitment to the extension of community reduces the distance between rationalism and revolutionism which was present in Bull's earlier writings. This creates new theoretical possibilities which have been considered more fully by critical approaches to international relations. (...) In contrast with earlier formulations which emphasised the tension between order and justice, the most recent statement of the rationalist perspective claims that justice in international relations is now essential for the maintenance of global stability. In this version rationalism displays a clear normative commitment to international economic and political change.<sup>16</sup>

Rationalists have been acutely aware that the society of states and various conceptions of the universal community of humankind have been as exclusionary as the forms sovereign closure which they aspire to overcome, and they have been strong advocates of the view that the principles of international order will lack legitimacy unless they command the consent of the world's peoples as opposed to the majority of sovereign states. By advocating communities of discourse which are highly sensitive to cultural diversity, rationalists have explored important lines of inquiry which have been developed further by critical theories of international relations.<sup>17</sup>

Mesmo alguns teóricos pós-modernos destacam a importância da discussão de Bull sobre ordem e justiça. R. B. J. Walker comenta que é difícil definir a posição moral de Bull com precisão, pois a sua *via media* muitas vezes parece estar olhando para os dois lados (realismo e revolucionismo) ao mesmo tempo.<sup>18</sup> Comenta que sua

---

will, pp. 91-107; Nicholas WHEELER; Timothy DUNNE, Hedley Bull and the Idea of Universal Moral Community: Fictional, Primordial or Imagined?; DUNNE, Inventing International Society: A History of the English School; Nicholas WHEELER, Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society; LINKLATER, Beyond Realism and Marxism; LINKLATER, Rationalism; Andrew LINKLATER, The Transformation of Political Community: Ethical Foundations of the Post-Westphalia Era, principalmente capítulos 1, 5 e 6 e pp.24, 207-211; Richard SHAPCOTT, Conversation and Coexistence: Gadamer and the Interpretation of International, pp. 57-83; N. J. RENGGER, Culture, Society, and Order in World Politics; N. J. RENGGER, A City Which Sustains All Things? Communitarianism and International Society; B. A. ROBERTSON, Probing the Idea and Prospects for International society; Fiona ROBERTSON-SNAPE, Moral Complexity and International Society; Barry BUZAN, Rethinking the Solidarist – Pluralist Debate in English School.

<sup>16</sup> LINKLATER, Beyond Realism and Marxism, pp.21 e 33.

<sup>17</sup> LINKLATER, The Transformation of Political Community, p.210.

<sup>18</sup> Para discussões sobre a “ambigüidade” moral da Escola Inglesa ver Ian HARRIS, Order and Justice in *The Anarchical*; LINKLATER, Rationalism, p.109; e HUTCHINGS, International Political Theory, pp. 56-63. Esse trabalho de Hutchings também destaca o potencial crítico da Escola Inglesa. Por exemplo, é interessante notar que o capítulo 3, onde ela analisa a Escola Inglesa, faz parte da segunda parte do livro, em que, após ter analisado as posições normativas tidas como tradicionais ou padrão, como realismo, idealismo, comunitarismo e cosmopolitismo, segue analisando as posições que desafiam e questionam estas posições tradicionais. Dessa forma, nesse capítulo, intitulado “Critical

abordagem abrange vários temas, como Direito Natural, contextos culturais, criação de normas, etc, e que muitos de seus temas centrais ecoam em uma gama de abordagens que combinam a preocupação com princípios éticos e a idéia da sociedade de Estados como um produto de práticas históricas. Assim, o autor cita como exemplo trabalhos de teóricos como Nardin, Kratochwill, Onuf, Ashley e Der Derian:

Many of Bull's themes have even been reinterpreted through an encounter with post-structuralist forms of social and political theory. (...) Bull struggles to resolve the contradiction between order and justice, between inside and outside, and *his analysis begins to open up a very broad terrain for exploration*. Nevertheless, foreseeing the dangers of the domestic analogy, Bull constantly steps back to a position of profound scepticism, while at the same time remaining relatively open to more universalistic explorations. (...) The most important contributions to the discussion of ethics and international relations among those who have accepted the principle of state sovereignty have come from those, like Bull, who have attempted to analyse the historical practices through which states have learnt to co-operate in defining and resisting the intolerable.<sup>19</sup>

Alguns teóricos vêem nessas análises de Bull uma superação da distinção entre ordem e justiça, presente em seus primeiros trabalhos.<sup>20</sup> Segundo J. D. B. Miller, 'His was an unusual case of a scholar who, in some respects, grew more radical in opinion as he grew older'.<sup>21</sup> Wheeler e Dunne concluem que uma análise de toda a obra de Bull mostra que ele era um solidarista (apesar disso se mostrar mais explícito em seus últimos trabalhos), pois a referência moral fundamental de sua teoria é o bem-estar dos indivíduos. Apontam que o problema com a concepção de Bull é que, apesar dos indivíduos serem a referência moral fundamental, o Estado continua sendo o principal agente moral que deve promover o bem comum. A dificuldade com essa visão de agência moral, continuam Wheeler e Dunne, é que ela lida com o sofrimento humano através das lentes do Estado soberano. Conseqüentemente, a sociedade de Estados privilegia crises produzidas pelo colapso das estruturas estatais e governos

---

Challenges: Rethinking International Politics", a autora coloca a Escola Inglesa ao lado de teorias como marxismo, pós-modernismo e feminismo.

<sup>19</sup> WALKER, *Inside/Outside*, pp. 69-70 e 73 (ênfases minhas). Para uma outra interessante discussão de Walker sobre questões normativas na Escola Inglesa, ver o seu artigo *Social Movements/World Politics*, pp.694-695.

<sup>20</sup> Kai ALDERSON; Andrew HURRELL, *The Continuing Relevance of International Society*, pp.19-21.

repressivos, acarretando, segundo os autores, o fato de que os poucos recursos humanitários de que dispõe são consumidos por Estados, em detrimento do sofrimento humano cotidiano. Wheeler e Dunne destacam que Bull buscava analisar os limites do solidarismo na sociedade internacional. Ao investigar se a sociedade internacional estaria se tornando mais receptiva à promoção da justiça, Bull concluiu, por exemplo, que os projetos de segurança coletiva e intervenção humanitária eram prematuros no contexto normativo do início dos anos 1980. Os autores salientam, contudo, que a análise de Bull sobre os limites do solidarismo destaca a sua constante busca por uma teoria das Relações Internacionais que coloque as questões morais no centro da pesquisa acadêmica.<sup>22</sup>

A centralidade das questões morais foi pouco apontada pelos comentadores de Bull. Talvez porque focalizaram em demasia a questão da ordem, não dispensando a devida atenção a outros pontos fundamentais da Escola Inglesa, como, por exemplo, a ênfase em estruturas inter-subjetivas, ao invés de materiais. Apesar disso, recentemente, com a proeminência das chamadas teorias normativas, o quadro tem mudado, relativamente: leituras mais acuradas de seus trabalhos têm sido feita e, conseqüentemente, mais atenção tem sido dada a tais aspectos da Escola Inglesa.

### 3.2

#### O debate sobre a Escola Inglesa nos anos 1980

Conforme observa Peter Wilson, nos anos 1980, houve um aumento significativo do interesse em estudar o “crescimento” da disciplina — suas escolas, “momentos importantes” e tendências.<sup>23</sup> Com a Escola Inglesa, isso não foi diferente, e ao longo dos anos 1980, aconteceram debates que analisaram a validade da sua contribuição. A título de comparação, Timothy Dunne argumenta que tanto o lançamento do livro de Waltz, *Theory of International Politics*, quanto o de Bull, *The Anarchical Society*, geraram debates nos EUA e na Grã-Bretanha, respectivamente.

<sup>21</sup> J. D. B. MILLER, *The Third World*, p.65.

<sup>22</sup> WHEELER; DUNNE, Hedley Bull's pluralism of intellect, pp.106 e 107. Para Bull, a centralidade das questões morais era uma das características dos escritos de Wight: “Wight placed these questions at the center of his inquiry”. BULL, Martin Wight, p.xi.

No entanto, o autor observa que, enquanto nos EUA, boa parte do debate dedicava-se a saber se o neo-realismo era um paradigma progressivo, na Grã-Bretanha perguntava-se se era legítimo falar na existência de uma Escola. Nos EUA, a existência — e a relativa coerência — do neo-realismo não estava em disputa. Para Dunne, isso demonstra a persistente condição de uma crise de identidade da Escola Inglesa.<sup>24</sup>

Nessa seção vamos, em primeiro lugar, expor os argumentos dos três principais trabalhos que formaram o debate sobre a Escola Inglesa: a crítica de Roy Jones, a resposta de Sheila Grader à Jones e a resposta de Peter Wilson à Grader.<sup>25</sup> Em segundo, iremos discutir algumas das características da Escola Inglesa nos anos 1980. A relevância da análise desse debate deve-se ao fato dele se referir a vários dos pontos anteriormente trabalhados nessa dissertação e poder, assim, ajudar-nos a esclarecê-los e reforçá-los. Este debate também nos mostra tendências que começavam a ganhar força nos anos 1980. Uma importante tendência, que se confirmou e se fortaleceu posteriormente, nos anos 1990, foi o crescente interesse pelos trabalhos dos autores da Escola Inglesa.

A crítica de Roy Jones é até hoje a mais conhecida e a mais polêmica direcionada à Escola Inglesa. Foi também ele que cunhou nesse artigo o nome “Escola Inglesa”. Jones começa justamente por identificar a existência de um substantivo conjunto de publicações escritas por um grupo de teóricos que poderiam ser corretamente considerados como uma Escola. Na sua visão, os principais “fundadores” dessa Escola seriam C. A. W. Manning e Martin Wight e incluiria também Hedley Bull, Michael Donelan, F. S. Northedge, Robert Purnell, entre outros. Ele salienta que, apesar de novos “recrutados” serem constantemente apresentados, não se pode dizer que haja uma renovação, pois, nessa Escola instalou-se um hábito de repetição e estagnação teórica que só tende a piorar com o tempo.<sup>26</sup>

Jones identificou alguns elementos para justificar seu argumento de formação de uma Escola. Em primeiro lugar, coloca que os autores compartilham a visão de

---

<sup>23</sup> WILSON, The Myth of the ‘First Great Debate’, p.8.

<sup>24</sup> DUNNE, International Society, p.126.

<sup>25</sup> JONES, The English School; GRADER, The English School; WILSON, The English School.

<sup>26</sup> JONES, The English School, p.1.

que a disciplina de Relações Internacionais forma um campo distinto e autônomo. Segundo, ressalta o holismo: “Its absorption in the study of its society of sovereign states leads the English school to concentrate exclusively on impersonally later entities. In this holistic sense international relations of the English variety becomes an inhumane study”.<sup>27</sup> Terceiro, o estilo: “their style is easily recognizable, if only for what it leaves out: few statistics, no geometry and less algebra”.

Jones considera um problema o não esclarecimento de suas posições metodológicas.<sup>28</sup> Teórico de inclinação fortemente positivista e demonstrando um “naturalismo” metodológico, Jones lamenta que a Escola Inglesa não siga os padrões estabelecidos pela Física moderna. Para ele, o seu holismo impede que a Escola Inglesa relacione o nível individual com o estrutural. Jones também cobra um maior comprometimento da Escola com métodos científicos, argumentando que seu ponto de partida é metafísico e que ignora os procedimentos científicos:

The essence of scientific method is the formulation of precise questions to which exact and falsifiable answers are possible. The question ‘what is the nature of the society of sovereign states?’ is not scientific. It is essentially a rhetorical metaphysical declaration. It cannot produce an answer which could be falsified because its own indefinite terms make what is said about it true.<sup>29</sup>

De acordo com Jones, essas características aproximariam a Escola Inglesa dos idealistas, pois aqueles seriam tão generalistas e metafísicos quanto esses. Os principais alvos de Jones são Manning e Wight. Na sua visão, Manning, usa seu método idiossincrático para desenvolver uma “cosmologia social” e Wight demonstra um historicismo bem particular. Afirma, ainda, que, da mesma forma que Manning reduz as relações internacionais a uma espécie de meta-jurisprudência, Wight a reduz a um tipo de meta-história. Nesse sentido, Jones diz que a influência de Manning na Escola Inglesa é nítida e cita, por exemplo, Donelan, dizendo que “The data of human sciences are the product of thought”.<sup>30</sup> Dado todos esses particularismos, Jones não vê como a Escola Inglesa possa produzir algo positivo. Em

---

<sup>27</sup> Ibid., p.6.

<sup>28</sup> Ibid.

<sup>29</sup> Ibid., p.8.

<sup>30</sup> Ibid., p.3.

uma linguagem mais afeita aos métodos do próprio Jones, a Escola Inglesa seria um programa de pesquisa degenerativo. Dessa forma, ele não vê alternativas, a não ser “fechar” a Escola: “Pupils caught in this sterile regime move inevitably from scholarship to scholasticism, their isolation from external stimulus becoming progressively more complete”.<sup>31</sup> Outros detalhes do argumento de Jones serão explorados posteriormente, quando analisarmos a resposta a seu artigo. Sheila Grader demonstra algumas fraquezas na argumentação de Jones, mas também tem uma leitura equivocada sobre vários aspectos da Escola Inglesa, como ficará mais claro ao discutirmos o artigo de Peter Wilson.

Segundo Sheila Grader, a crítica de Jones é duplamente errônea, pois propõe-se a uma tarefa impossível, na sua visão. Segundo ela, Jones procura, no contexto do mesmo argumento lógico, estabelecer que: a) existe uma Escola, e b) ela está errada. Para Grader, essas duas conclusões requerem provas separadas. Portanto, ela procurará demonstrar que os autores em questão podem ser caracterizados por suas diferentes abordagens filosóficas. Isso, na sua visão, é suficiente para refutar a principal tese de Jones de que existe uma Escola Inglesa de Relações Internacionais. Argumenta ainda que isso enfraqueceria seriamente suas críticas, pois, obviamente, a não existência da “Escola Inglesa” torna o fato de ela estar errada irrelevante.<sup>32</sup>

Sobre o holismo, a que se referiu Jones, Grader diz que se entendermos por holismo uma preocupação com o todo em detrimento das partes, o argumento de que a Escola Inglesa se concentrou no todo da sociedade de Estados em detrimento das suas partes, por exemplo o Estado, é errôneo. Ela argumenta que Manning chamava a atenção para o fato de tomarmos o todo como se ele representasse todo o plano internacional, e que o holismo de Bull não esquecia as partes. Da mesma forma, Grader rejeita que o trabalho de Wight reflita um historicismo — que ela definiu como sendo “the tracking of the idea in history becomes the purpose of knowledge”.

---

<sup>31</sup> Ibid., p.12. Por trás da argumentação de Jones de que o método da Escola Inglesa é metafísico e idealista, está a sua acusação de que métodos que não os do positivismo são pedagogicamente ineficazes. Ao longo de seu artigo, Jones faz várias acusações desse tipo à Escola Inglesa. Entretanto, a Escola Inglesa não foi a única abordagem a sofrer esse tipo de acusação de Jones. Na década de 1990, o alvo das polêmicas de Jones foi o pós-modernismo, especialmente R. B. J. Walker, a quem acusou de irresponsabilidade pedagógica. Ver Roy E. JONES, *The responsibility to educate*; R. B. J. WALKER, *On pedagogical responsibility: a response to Roy Jones*.

<sup>32</sup> GRADER, *The English School*, pp.31 e 29.

Nesse sentido, ela salienta a preocupação de Wight pela evidência histórica: ‘In my view, Wight’s theorizing was not grounded in the philosophy *of* history, but was a example of philosophy *in* history’’. A autora esclarece, ainda, que as três tradições de Wight são reforçadas pelo seu trabalho histórico, que se estendia a outros sistemas de Estados, como o grego e o persa. Ela pergunta: ‘Could it be that Professor Jones has confused ‘historicism’ with ‘a sense of history’?’’. Também discordando da visão, tão comum, de Wight visto como pessimista, propõe outra leitura:

In Wight’s work, there is no goal towards which history is inevitably marching. He greatly appreciated the deleterious effects on international theory of the idea of progress. It is on this account perhaps that his reputation for pessimism is founded. However, in my view, the composite effect of his teaching and writing is precisely the opposite. Here was a scholar who was confident that it was possible, by dint of very much effort to be sure, to lighten some of the dark corners of political understanding. Is that not optimism? (...) for Wight, philosophy is a way of conducting intellectual enquiry, a Socratic exercise whose outcome is not to reveal rationality in history, but merely to suppose that a logical scrutiny of the historical evidence can yield further enlightenment as to the human condition.<sup>33</sup>

Uma vez que a tese de Grader é provar que não há uma Escola Inglesa, ela argumenta que o “holismo” não provê uma base para a unidade intelectual da Escola. Propõe que cada autor pode ser classificado de maneira diferente nas três categorias: empírico, filosófico e normativo. Isto representaria a variedade de abordagens destes teóricos: “Manning represents the ‘philosophical’, Wight the ‘empirical-philosophical’, Bull, a combination of all three, Northedge, the ‘empirical’, and Donelan, and according to his own view, the ‘normative’”.<sup>34</sup> Por outro lado, ela afirma que seria mais coerente dizer que a identidade da Escola Inglesa se forma a partir da idéia de sociedade internacional. Mas, para ela, a concepção de sociedade internacional varia entre os teóricos, então, pergunta: “are they talking about the same thing?”. Argumenta que as “sociedades internacionais” deles são distintas e sugere que a sociedade internacional de Manning é metafísica e a de Bull empírica e normativa.<sup>35</sup> Como veremos adiante, esse ponto será veementemente contestado por Wilson.

<sup>33</sup> Ibid., pp.35 e 34.

<sup>34</sup> Ibid., p.35.

<sup>35</sup> Ibid., p.38.

Ao comentar o argumento de Jones de que a Escola Inglesa vê as Relações Internacionais como um campo de estudos autônomo, Grader diz não acreditar que as Relações Internacionais sejam uma disciplina, no sentido de ciência, mas apenas um campo de estudo. Ela insiste que aqueles que defendem que as Relações Internacionais podem ser uma disciplina não apresentaram, ainda, um argumento convincente. Na sua visão, como ela procurou demonstrar, cada teórico indicado por Jones possui diferentes perspectivas filosóficas nas bases de suas teorias. Grader acredita que, por esses teóricos terem tido um papel primordial no estabelecimento do campo das Relações Internacionais na Grã-Bretanha, colocá-los em uma determinada Escola, e não apenas como pioneiros do campo como um todo, é deslegitimar a própria existência dessa área de estudos:

To see these British scholars as a ‘school’ is to see them as they did not see themselves. To place them in a school is to make them part of a larger whole, but if, as I have attempted to show, the ‘school’ is in fact the beginnings of the discipline, then the notion that there is some greater or more legitimate whole, will destroy the basis for the study of international relations. To deny, as Professor Jones has done, the achievements of this generation of British International Relations scholars, is then indeed a backward movement, one which turns the case for the closure of a school, into a case for the abandonment of a field.<sup>36</sup>

Escrevendo no final dos anos 1980, Peter Wilson observa que há uma crescente aceitação da existência de uma Escola Inglesa de Relações Internacionais. Ele nota que, ao mesmo tempo, a aceitação dessa Escola é geralmente acompanhada por desacordos e confusões com relação às características que a unem e definem. Entretanto, o autor observa que o artigo de Grader confrontou esses desacordos e confusões, ao rejeitar a afirmação de que existe uma Escola Inglesa. Segundo Wilson, as próprias afirmações e argumentos de Grader não são convincentes e servem apenas

---

<sup>36</sup> Ibid., p.42. Grader afirmou que esses acadêmicos não se viam como uma escola, mas nesse ponto acredito que ela se equivoca. Dunne, por exemplo, aponta, entre outras razões, dois motivos que destacam, nas suas palavras, a existência de uma “comunidade” de acadêmicos que se constitui em uma “Escola”: Em primeiro, lugar existe laços pessoais, particularmente evidente nos vínculos pedagógicos que une sucessivas gerações de acadêmicos da Escola Inglesa. Em segundo lugar, ele argumenta que Hedley Bull acreditava na existência de uma Escola Inglesa. E cita uma frase que representaria a posição dele em relação aos debates sobre a Escola Inglesa, que em uma conferência teria dito: “someone at BISA said there was no British school. Nonsense”. Ele observa que também Vincent colocava abertamente seus trabalhos como pertencendo à Escola Inglesa. DUNNE, Inventing

para confundir mais. Wilson se propõe, então, a esclarecer algumas das questões e argumentos que não estão claros, e, ao mesmo tempo, questionar e refutar o argumento de Grader de que não existe uma Escola Inglesa.<sup>37</sup>

Com relação à questão do holismo, Wilson argumenta que a definição que Grader utiliza é errônea. Ao usar holismo significando “uma concentração no todo em detrimento das partes”, Wilson nota que Grader é capaz de refutar o argumento de Jones de que é o comprometimento com o holismo que, entre outros aspectos, une os teóricos da Escola Inglesa. A refutação é feita, continua Wilson, demonstrando que, pelo menos, alguns trabalhos desses teóricos demonstram uma preocupação com as “partes”, o que não permitiria a classificação desses de holistas. Wilson prossegue apontando o erro dessa conceituação. Ele argumenta que a abordagem da Escola Inglesa pode ser descrita corretamente como holista — pelo menos até certo ponto — se, por holismo, entendermos o seu significado usual — o todo significa mais do que a soma de suas partes — podendo-se dizer, assim, que possui uma vida própria. Wilson observa, ainda, que, para a Escola Inglesa, a sociedade internacional é algo maior do que o agregado dos Estados soberanos que a compõe, e cita como exemplo o Direito Internacional. Pois, as regras legais internacionais, através do costume e da convenção, sobrevivem a muitos governos, mesmo a alguns que originalmente os criaram. Ele acrescenta que a abordagem da Escola Inglesa pode ser vista como holista em outro sentido: eles praticam “explicação holística”. A Escola Inglesa afirma que o comportamento das partes do sistema — os Estados soberanos — não pode ser explicado sem pelo menos alguma referência às normas, regras e instituições que constituem a sociedade internacional.<sup>38</sup>

Wilson questiona o fato de Grader dizer que as “sociedades internacionais” desses teóricos são distintas. Por exemplo, ela afirma que a “sociedade” de Manning é metafísica e a de Bull empírica e normativa. Para ele, não há sentido nessa distinção. Ele argumenta que simplesmente afirmar que a sociedade de Manning é metafísica, sem desenvolver o argumento, é agir vaga e mesmo superficialmente. Após distinguir

---

International Society, pp.6-7. Esta frase de Bull também é citada por ALDERSON; HURRELL, International Society, p.46. Sobre Vincent, ver o seu artigo Change and international relations, p.69.

<sup>37</sup> WILSON, The English School, p.49.

<sup>38</sup> Ibid., p.49-50.

as principais características das concepções de sociedade internacional de Bull e Manning, coloca que ambos não vêem a sociedade internacional como uma interação “out there” — reforçando, assim, o que desenvolvemos anteriormente, ao refutarmos os argumentos de Steve Smith:

Their conceptions of *international society* are fundamentally the same. For both of them international society is an idea, a product of thought, that has no objective existence ‘out there’. Their answer to the question ‘Does an international society actually exist?’ is that, put basically, it does if states and statesmen believe it does and act accordingly. If they do believe so, then it may be said that, ‘in effect’ such a society does ‘in fact’ exist. (...) Unlike domestic society which can be observed, being, as it is, composed of flesh and blood, international society, although prevalently thought of in the same way, is ultimately no more than an idea. The ‘fact’ of international society is a social rather than a physical one.<sup>39</sup>

Wilson discorda de Grader, quando essa coloca em questão se o principal método sociológico utilizado pela Escola Inglesa é mesmo o “*Verstehen*” — que assume que as instituições não são meros padrões de comportamentos observáveis, mas também denotam normatividade. Nas palavras de Wilson:

Members of the school seek interpretative understanding of either personified states, or statesmen, in general, and of the meaning such actors themselves give to their actions. (...) And, the important point with regard to method, about these common assumptions [normas, regras e instituições], is that they are, obviously, not outwardly observable, and hence do not easily lend themselves to empirical investigation. It is doubtful, to say the least, whether the ‘existence’ of an international society could be either empirically proven or disproven. Some empirical light may be thrown on the matter by interviewing contemporary statesmen and asking them to be explicit about their assumptions, or by researching documents and memoirs written by statesmen no longer with us. But it is unlikely that this would bear much fruit. It is clearly the case that in *The Anarchical Society*, Hedley Bull does not adopt such an approach. Consequently, there is little value in Grader’s claim that Bull’s society is ‘empirical’.<sup>40</sup>

Desse modo, para Wilson, a importância que os teóricos da Escola Inglesa dão à idéia de que os Estados formam uma sociedade, de uma maneira considerável, é suficiente para uni-los e, ao mesmo tempo, distingui-los de outras abordagens do estudo das Relações Internacionais. Ao mesmo tempo, Wilson recomenda não exagerarmos no “poder de diferenciação” da idéia de sociedade internacional. Para

<sup>39</sup> Ibid., p.53 (ênfases no original).

<sup>40</sup> Ibid., pp.53-54.

ele, são os seus métodos e, principalmente, seus argumentos que, em última instância, formam a Escola Inglesa.<sup>41</sup>

Ele destaca, então, quatro características que unem a Escola Inglesa e, que juntas, separam-na de todas as outras Escolas da disciplina. Em primeiro lugar, a Escola argumenta que o sistema de Estados demonstra ordem. Segundo, que as Relações Internacionais acontecem em uma estrutura de regras normativas e que essas regras são fundamentais para a manutenção da ordem. A importância atribuída a essas regras faz com que a Escola Inglesa veja a coletividade de Estados como sendo mais do que um mero sistema, mas uma sociedade. Terceiro, a escola rejeita esquemas utópicos para uma reestruturação radical do sistema internacional. Wilson destaca que, enquanto Mayall e Vincent parecem dizer que uma ordem mais cosmopolita seria preferível, Northedge e James são profundamente cépticos. Uma última característica seria que os membros da Escola rejeitam a metodologia científica ou behaviorista. Ele salienta que a rejeição destes métodos origina-se principalmente da importância atribuída às normas, regras e instituições. Não sendo esses aspectos observáveis, só é possível entendê-los e explicar seus comportamentos através da intuição, julgamento, e interpretação, característicos do método *Verstehen*.<sup>42</sup>

Como conclusão, Wilson apresenta três pontos. Primeiro, e em resumo, o argumento de sua resposta à Grader é que a Escola Inglesa pode ser definida em termos do comprometimento de seus membros com a idéia de sociedade internacional. Contudo, a Escola pode ser definida com maior precisão através dos quatro fatores descritos acima. O segundo ponto a que Wilson se refere é uma controvérsia típica dos anos 1980, mas que tem repercussões, e alguns analistas nela insistem até hoje: o nome “Escola Inglesa”. Wilson pergunta: dado que entre os principais membros da Escola estão um sul africano, um australiano e pelo menos um galês, o nome da Escola não estaria equivocado? Para Wilson, títulos como “abordagem da sociedade internacional” ou “os institucionalistas” podem ter a vantagem de serem mais acurados. No entanto, apesar de o título “Escola Inglesa” não ser tão preciso quanto desejado, ele é de uso comum, e Wilson diz não ver

---

<sup>41</sup> Ibid., p.55.

qualquer razão maior para resistências a ele. Terceiro — e de considerável importância: no campo das Relações Internacionais parece estar ressurgindo o interesse pela abordagem da Escola. Por isso, é especialmente importante esclarecer suas características essenciais. Ele afirma que é particularmente significativo esse sério interesse que está começando a se desenvolver na comunidade de Relações Internacionais dos EUA, como exemplificam os trabalhos de, entre outros, Nardin, Der Derian e Ashley. Nesse ponto, ele concorda com Grader: esse interesse é bem-vindo.<sup>43</sup>

### 3.3 Reflexões sobre o desenvolvimento da Escola Inglesa nos anos 1980

Nos EUA, mesmo com o desenvolvimento de teorias que procuravam estudar a cooperação entre os Estados, o diálogo foi escasso com a Escola Inglesa e outras abordagens não-positivistas. Isso se deu muito em função de as teorias do neoliberalismo institucional utilizarem uma abordagem utilitarista-instrumental e conceberem a cultura, os interesses e as intenções dos atores como algo exógeno e não importante para entender o comportamento dos Estados. Os neoliberais não vêem como a constituição da sociedade internacional é formada por interações cooperativas, que posteriormente formam as instituições internacionais. Dar atenção à história exigiria que a cultura e as idéias fossem elementos importantes na teoria neoliberal, no entanto, como enfatiza Keohane, para os neoliberais: “cooperation can be understood without reference to any of them”.<sup>44</sup>

Desse modo, não surpreende que os americanos tenham dado pouca atenção aos trabalhos da Escola Inglesa. Para a Escola Inglesa, a cultura, os interesses e as intenções dos atores são peças constitutivas, não exógenas. Conforme comparou Timothy Dunne, para a Escola Inglesa, “the pull of societal values means that cooperation is prior to regimes, whereas for institutionalists, regimes create

---

<sup>42</sup> Ibid., pp.55-56.

<sup>43</sup> Ibid., pp.56-57.

<sup>44</sup> Robert O. KEOHANE, *International Institutions: Two Approaches* (1988), p.281.

cooperation”.<sup>45</sup> Ou, ainda, conforme mostrou Wendt: “Following Hedley Bull, we might point to the norms of international society as prerequisite, such that it is only with the attainment of a certain level of collective identity that the rational design of institutions become possible”.<sup>46</sup>

De maneira geral, a Escola Inglesa teve pouca repercussão no *mainstream* da disciplina nos EUA durante os anos 1980. Isso se deve, basicamente, a divergências metodológicas, que como vimos na seção 1.2.2 muitas vezes demonstra divergências sobre a realidade do mundo social. Waltz, por exemplo, mencionando o trabalho de Wight e Bull, comentou: “they did theory in a sense that is not recognized as theory by philosophers of science”.<sup>47</sup> Stanley Hoffmann, ao comentar o motivo da pouca repercussão do trabalho de Bull nos EUA, afirmou: “its ‘Britishness’ did not fit with the prevailing American approaches”.<sup>48</sup> Conforme destacado por Finnemore: “Most English School work does not fit well the independent/dependent variables language that dominates American IR. (...) Lack of clarity about research methods and theoretical claims has limited the impact of the English School in the US”.<sup>49</sup>

Mas, tanto através dos artigos que fizeram parte do debate sobre a validade da contribuição da Escola Inglesa — que ocorreu nos anos 1980 —, quanto pela análise de diversos analistas, podemos ver que já em meados da década de 1980 comentava-se que os trabalhos da Escola Inglesa estavam atraindo um renovado interesse. Conforme notou Christopher Hill, em 1987: “It is clear to any reasonable observer (...) that there are signs of the enduring concerns of British writers on International

<sup>45</sup> DUNNE, *International Society*, p.142.

<sup>46</sup> Alexander WENDT, *Driving with the Rearview Mirror: On the Rational Science of Institutional Design*, p.1027. Para outros trabalhos que examinam diferenças e semelhanças entre as duas abordagens, ver Tony EVANS; Peter WILSON, *Regime Theory and the English School of International Relations: A Comparison*; BUZAN, *From International System*; DUNNE, *The Social Construction*, pp.379-81; Mônica HERZ, *Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria*, p.309; ALDERSON; HURRELL, *The Academic Study*; WAEVER, *Four Meanings of International Society*, pp.89-92; DUNNE, *New Thinking*, pp. 233-34 e 242; Hayward R. ALKER, *The presumption of anarchy in world politics: On recovering the historicity of world society*. Em sua análise, nada tradicional, das duas abordagens, Alker apresenta a diferença como sendo entre: “Hedley Bull’s World Society Problematique vs. the Cooperation under Anarchy Problematique”.

<sup>47</sup> Fred HALLIDAY; Justin ROSENBERG, *Interview with Ken Waltz*, p.385. Dado que muitas vezes isto pressupõe que os métodos interpretativos sejam cientificamente inferiores aos utilizados pelos positivistas, Waever, ironicamente, pergunta: “The best of all worlds will be when the Americans arrive scientifically to the English School position?”. WAEVER, *Four Meanings of International Society*, p.81.

<sup>48</sup> Stanley HOFFMAN, *Foreword: Revisiting ‘The Anarchical Society’*, p.vii.

Relations attracting general interests again, after two decades in which the tide of fashion has been running against them”.<sup>50</sup> Também Grader faz uma observação semelhante, ao dizer que as recentes perdas de Bull e Northedge trouxeram à tona suas contribuições individuais para o estudo das Relações Internacionais.<sup>51</sup> Isso se refletiu no número de trabalhos em conferências e artigos publicados sobre a obra dos dois, em meados dos anos 1980. Através do artigo de Wilson, podemos perceber duas características do renovado interesse na Escola Inglesa em meados dos anos 1980: a) autores americanos, e b) mais especificamente, autores pós-modernos foram alguns dos principais responsáveis por esse *revival*.<sup>52</sup> No próximo capítulo, examinaremos a terceira geração de teóricos da Escola Inglesa e veremos como, a partir dos trabalhos das primeiras gerações, eles estão fazendo pontes com perspectivas pós-positivistas. Também iremos analisar o renovado debate sobre as concepções pluralista e solidarista na Escola Inglesa, principalmente na divergência ocorrida na Escola a partir da intervenção da OTAN no Kosovo, em março de 1999.

---

<sup>49</sup> Martha FINNEMORE, *Exporting the English School ?*, pp. 510 e 511.

<sup>50</sup> Christopher HILL, *The Study of International Relations in the United Kingdom*, p.301; Gene M. LYONS, *The Study of International Relations in Great Britain: Further Connections*. Esses dois artigos oferecem um bom panorama sobre a disciplina na Grã-Bretanha, na década de 1980.

<sup>51</sup> GRADER, *The English School*, p.29.

<sup>52</sup> WILSON, *The English School*, p.57. Wilson cita como exemplo trabalhos de Der Derian e Ashley. Vale mencionar que o trabalho de Der Derian sobre diplomacia, *On Diplomacy*, originou de sua tese de doutorado onde ele foi orientado por Hedley Bull, para quem ele dedica o livro. Para uma discussão da relação do trabalho de Der Derian e a análise sobre diplomacia na Escola Inglesa, ver Iver B. NEUMANN, *The English School and Diplomacy: Scholarly Promise Unfulfilled*. Ver também, Andrew HURRELL, *Hedley Bull and Diplomacy*.